

PAUL RICOEUR: ENTRE AGOSTINHO E KANT

*Adriane da Silva Machado Möbbs**

Resumo: Avaliamos o pensamento de Paul Ricoeur no confronto com a proposta agostiniana do *mal de origem* e a proposta kantiana do *mal radical*. Pretende-se, portanto, evidenciar que mesmo com as heranças agostiniana e kantiana recebidas por Paul Ricoeur, algumas diferenças e abordagens substanciais são notáveis. Ricoeur retoma tanto o gnosticismo como o próprio Agostinho (e ainda o mito da queda ou adâmico) para tratar do conflito de tradições na interpretação da problemática do mal como mal de origem, ou seja, o mal *já aí*. Agostinho e o próprio mito adâmico apontam na direção de uma interpretação do mal que radica na própria vontade humana, e que por isso, é antropológico. Mas a forma mais completa do problema nos será dada por Kant, através do seu relato sobre o mal radical. Na interpretação de Ricoeur, o mal toma uma dimensão ética, em dois sentidos: primeiro em relação à questão da liberdade e num segundo sentido em relação à questão da obrigação. Sendo que a visão ética do mal é retomada na liberdade, uma vez que ele é fruto ou invenção da liberdade. Contudo, se a liberdade qualifica o mal como "fazer", ele acaba por ser o revelador da liberdade. Então, "o mal é uma ocasião privilegiada de tomar consciência da liberdade" (RICOEUR, 1990, p. 422). Portanto, essa visão ética do mal nos reconduz ao nível dos símbolos primários, nos quais é possível ver declarado o mal *já aí*. É em meio ao mal no qual nascemos que encontramos também, em nós mesmos, o próprio despertar da nossa consciência. E, é neste sentido que se manifestam Agostinho, – passando do mal atual ao mal original –, e Kant, – ao passar da máxima má ao móbil da vontade, ou seja, ao livre-arbítrio –, fundamento de todas as máximas más.

Palavras-chave: Mal de origem, Mal radical, Ricoeur, Agostinho e Kant.

Introdução

Nosso objetivo principal é realçar o aspecto da aproximação entre Agostinho e Kant e a complementação de um pelo outro, a partir de Ricoeur,

* Doutoranda em Filosofia - Universidade Federal de Santa Maria, bolsista CAPES, sob a orientação do Prof. Dr. Noeli Dutra Rossatto. Professora/Tutora do Curso de Licenciatura em Pedagogia a Distância - Universidade Federal de Pelotas. E-mail: dryka.rs@gmail.com.

pela via ética. Porém, pontuamos, também, o aspecto da moral no esquema de Ricoeur.

Portanto, por uma questão didática e metodológica subdividiu-se esse artigo em duas partes, a saber: 1. Mal de Origem - aqui não se realiza uma retomada histórica acerca do que os filósofos disseram acerca do mal, mas sim, uma retomada a partir do que o autor, Paul Ricoeur, reconstrói: a gnose maniquêa, a gnose antignostica e, Agostinho, pecado original e livre-arbítrio.

Após a abordagem desses conceitos, passa-se a segunda parte do trabalho, na qual se aborda: 2. O mal radical - Realizando-se a abordagem de: Kant e a vontade radical, e Ricoeur interpretando Agostinho e Kant, onde finaliza-se entrecruzando Ricoeur, Agostinho e Kant.

1 - Mal de origem

O mal de origem é um mal mais primitivo e trágico que os outros tipos de mal, por isso, não podemos atribuir a ele a causa do mal no mundo, pois isso seria tautologia. Seria o mesmo que dizer que o mal é a causa do mal. Porém, é preciso ter claro que não é só pelo mal de origem que o ser humano coloca o mal no mundo: no presente, o ser humano já vem ao mundo marcado pelo mal. Esta, por sua vez, parece ser a verdade profunda da doutrina do *peccatum originale*.

Sob esta ótica, Ricoeur detém-se mais na análise do mito adâmico, uma vez que os demais mitos mostram que o mal surge ao homem como algo imposto pelos deuses, como se o homem fosse vítima das vontades ou intrigas dos deuses. Mas, o mito adâmico ou da queda, por sua vez, coloca o começo do mal como fundamentalmente antropológico. Ressalta que o mal entrou no mundo depois de uma criação que estava concluída e boa. Satisfazendo assim,

a dupla confissão do crente, a um só tempo, confessa a perfeição de Deus e, de outro lado, a maldade original do homem.

Porém, é necessário ainda salientar que atrás das construções gnósticas e antignósticas se encontram os símbolos e mitos, sendo que são eles que nos revelam essa multiplicidade de interpretações e, concomitantemente, nos permitem ver as contradições nelas implícitas.

1.1 - A Gnose Maniqueísta

Foram os gnósticos, de acordo com Ricoeur, os primeiros a se colocarem o problema do mal, através do seguinte questionamento: de onde vem o mal ou o que é o mal? Assim, a resposta que chegaram é que o mal é criação divina e, desta forma, é tudo aquilo que comporta matéria: é mundo, é substância, é cosmos.

O maniqueísmo possui Mani (216-276 d.C.) como primeiro e principal representante, – daí a origem do nome –, que foi o fundador dessa doutrina que postula que o princípio do bem e do mal é divino, substancial e igualmente originário. Portanto, decorre da doutrina maniqueísta, que o homem não é totalmente livre, pois possui uma das partes ontologicamente má, e desta forma, está determinado ou condenado a fazer o mal (Cf. VASCONCELLOS, 2000, p. 45-59).

Para os maniqueus, os homens abrigam duas almas antagônicas, uma boa, que vem de Deus, e outra má, que vem do demônio. Assim, o ponto de partida para o pecado é a mistura da alma boa com a alma má, sendo que a alma boa está subordinada às necessidades, não sendo então responsável pelas ações más, e o pecado é co-natural à alma encarnada. Portanto, o mal é algo natural e não moral. Para o maniqueísmo, o mal está então situado no nível

ontológico-cosmológico, sendo algo material e determinístico em relação ao homem (Cf. VASCONCELLOS, 2000, p. 45-59).

Assim, a tradição maniqueísta defende que o homem é constituído de duas almas, cada uma é efeito de um desses princípios, ou seja, uma é boa e a outra é má. Sendo assim, a pessoa não é livre nem responsável pelo mal que faz, já que este lhe é imposto pelo princípio do mal, através de uma alma, que por natureza é prevaricadora.

Para esta doutrina, o homem não é responsável pela prática do mal, uma vez que ele já está deterministicamente marcado para fazê-lo, pois ele faz parte de sua natureza, da sua parte má (matéria). É algo quase involuntário, estando à parte da sua vontade, não podendo ser determinado por sua livre escolha.

Assim, a moral individual estava perfeitamente enquadrada dentro do sistema cosmológico como um todo, pois, do mesmo modo que no universo físico, o mal presente no homem não estava relacionado a Deus que, na sua natureza, é bom, mas a um princípio ontológico independente – o Reino das Trevas ou a matéria – tão poderosa quanto Deus. (COSTA, 2003, p. 92).

Assim, conforme essa tradição teórica o bem é apresentado como passível de ser corrompido pelo mal e de vir a ser dele prisioneiro, colocando conquanto o homem num dilema: de um lado, a alma boa; e de outro, a parte dela que está presa à matéria, ou seja, deterministicamente sujeita a praticar o mal. Portanto, o homem não é culpado pelo mal que pratica, recaindo com efeito no princípio do mal ontológico. Mas para os maniqueus, a alma poderia libertar-se do mal e atingir o Reino da Luz, através de um processo de autoconsciência em que, o espírito tomaria consciência de si dentro da matéria e procuraria, por sua vez, a salvação. Porém, esse ato seria acidental e não através do livre-arbítrio, pois para os maniqueus a alma não possui vontade livre. Isso se dá do seguinte modo:

Uma espécie de “rememoração” uma volta da alma que, ao devolver-lhe a memória de seu passado, restabelece o seu estado de lucidez e luminosidade. E assim, ao adquirir consciência e conhecimento de si mesma, ao reencontrar-se a si mesma e em si mesmo, a alma se aparta automaticamente do que não é ela, do que lhe é estranho, quer dizer, da matéria, ou da carne, ou há uma separação entre ela e o mal. (COSTA, 2003, p. 92).

Desta forma, para os maniqueus, o mal não é um “acidente” na existência, ele é parte da estrutura da existência mesma. Portanto, não se pode eliminar o mal, pois este é intrínseco à alma: é apenas possível separá-lo do bem. O bem e o mal seriam como duas forças que travam um duelo, que estão numa briga sem tréguas (cf. Ricoeur, 1988, p. 31). É necessário salientar que, neste sentido, o mal que prevalece é o mal físico, material, anterior aos homens, em relação ao mal moral que é fruto da ação humana.

1.2 - A gnose antignostica

Este estágio está caracterizado por Ricoeur entre os níveis de discurso na especulação sobre o mal, de onde se liberta uma racionalidade crescente. O estágio da gnose e da gnose antignostica é o terceiro nível de discurso. Sendo que está situado entre o estágio da sabedoria e o estágio da teodicéia.

De acordo com Ricoeur, o pensamento não teria passado da sabedoria à teodicéia se a gnose não tivesse elevado a especulação ao nível de uma “guerra de gigantes” (ou nas palavras do autor, uma gigantomaquia), na qual as forças do bem são engajadas num combate sem tréguas com os exércitos do mal (Cf. RICOEUR, 1988, p. 31).

Foram os gnósticos que colocaram a questão: *de onde vem o mal*, ou seja, com os gnósticos há a busca, a tentativa de fazer desta questão uma questão especulativa e fornecer-lhe uma resposta que seja ciência, saber, gnose.

A partir destas considerações Ricoeur percebe que surgem duas hipóteses, sendo que a primeira é esta: “foi por razões apologéticas – para combater a gnose – que a teologia cristã foi levada a alinhar com o modo de pensamento gnóstico. No fundo antignóstica, a teologia do mal se deixou arrastar para o próprio terreno da gnose e elaborou assim uma conceitualização comparável a sua” (RICOEUR, 1990, p. 266).

Assim, a antignose tornou-se uma quase-gnose, uma vez que o conceito de pecado original é antignóstico no seu fundo, mas quase gnóstico no seu enunciado. Porém, a preocupação apologética não pode explicar por ela mesma, porque a teologia cristã se deixou levar para um terreno alheio. Por isso, Ricoeur coloca que é necessário procurar no próprio sentido veiculado por essa quase gnose as razões da sua elaboração.

Ricoeur chega a cogitar a hipótese de que “talvez haja na experiência do mal, na confissão do pecado, alguma coisa de terrível e de impenetrável que faz da gnose a tentação permanente do pensamento, um mistério de iniquidade de que o pseudoconceito de pecado original é como que a linguagem cifrada” (RICOEUR, 1990, p. 266).

Santo Agostinho, de acordo com Ricoeur, é a testemunha desse acontecimento histórico, em que o conceito se prendeu. É Santo Agostinho que conduz o primeiro combate antimaniqueísta e, depois, o combate anti-pelagiano, e assim, lutando em uma frente dupla elaborou o conceito polêmico e apologético de pecado original (Cf. RICOEUR, 1990, p. 266).

Portanto, caracterizado como conceito polêmico e apologético, o “pecado original” significa uma primeira coisa para Ricoeur, a saber: que o mal

não é nada que seja, não tem ser, natureza, porque ele é nosso, porque ele é obra da liberdade (Cf. RICOEUR, 1990, p. 267).

Porém, esta primeira tese apenas nos explica o aspecto mais claro do mal, aquele que poderíamos chamar de mal atual, em seu duplo sentido, mal como ato (ação), em exercício, e de mal presente, como algo a ser feito.

Segundo Ricoeur, o conceito de pecado original, – antignóstico na sua origem e por intenção, tendo em vista que o mal permanece integralmente humano –, tornou-se quase gnóstico à medida que se racionalizou, constituindo assim, o ponto de partida de uma mitologia dogmática, comparável, do ponto de vista epistemológico, à da gnose. Foi uma tentativa agostiniana de *racionalizar* a reprovação divina que culminou, no que Ricoeur chama de uma quase-gnose. Pois é o mistério da eleição divina que constitui esta quase-gnose, o fato de alguns pecarem e outros não: e o fato de Deus conceder graça a uns e a outros não. Mas não existe mistério na reprovação, uma vez que a perdição existe por direito e, justamente, por isso, Agostinho construiu a idéia de uma culpabilidade de natureza, ou seja, herdada do primeiro homem, efetiva como um ato e punível como um crime.

1.2.1 - Agostinho: pecado original e livre-arbítrio

A explicação acerca da origem do mal, no âmbito cósmico, vem através dos mitos, porém estes deixam em aberto a questão sobre a condição humana individual, sendo que as primeiras respostas filosófico-teológicas baseiam-se na idéia de retribuição do mal cometido individualmente. No entanto, Ricoeur afirma haver uma discordância entre o mal-moral-cometido e o mal-sofrimento-imerecido, o que acaba por recolocar a questão como enigma.

Para esta questão, Agostinho oferece como resposta a negação de substancialidade ao mal. Para ele, a relação do mal com o bem em um sujeito é exprimida ao se dizer que o mal é uma privação. Assim, ele é a privação de um bem que um sujeito deveria possuir, uma falta de ser o que ele deveria ser e, por conseguinte, é um puro nada.

Para que não se cometa o mesmo erro que os maniqueus, é importante observar que, de acordo com Agostinho, o mal é a pura ausência de ser, assim, sendo nada por definição, o mal sequer pode ser concebido fora de um bem. Para que exista um mal, é necessário que haja privação, portanto, é necessário que haja uma coisa privada. Enquanto tal, essa coisa é boa e, somente enquanto privada é má. O que não é não tem defeitos. “O mal não é somente uma privação, é uma privação que reside num bem como em seu sujeito.” (AGOSTINHO, 2004, p. 187).

Assim, para melhor compreendermos: o ato voluntário e livre pode ser assimilado por uma substância qualquer, que seja dotada de medida, de forma e de ordem. Se essas perfeições não são o que deveriam ser num ato determinado, então, ele ocorre de modo imperfeito é, portanto, um ato mau.

Neste sentido, a resposta agostiniana à questão: porque existe o mal no mundo?, consiste em dois aspectos. E o primeiro tem em vista que, após compreender a natureza puramente privativa das coisas más, Agostinho vai explicar a existência do mal no mundo, pois, aquilo que não é nada não pode ter sido criado. E em segundo, também acresce que, se Deus tivesse criado o mal, ele seria inevitável ao homem, porque criar é tirar do nada e o que vem do nada é corruptível.

No que tange ao mal moral, cabe considerar que, se as ações dos homens não são sempre o que deveriam ser, sua vontade é a responsável. O homem escolhe livremente suas decisões e é por ser livre que é capaz de fazer mal.

Contudo, o problema reside em Adão, o homem primordial, arquétipo ou modelo de homem, que frente à possibilidade de escolha se deixou seduzir pela mulher, que por sua vez, havia sido seduzida pela serpente. De acordo com Agostinho, foi a partir do pecado de Adão que nós herdamos uma espécie de mancha ou pecado original. E, assim, só podemos nos ver livres desse pecado através da manifestação da graça misericordiosa de Deus.

Para Ricoeur, este esquema interpretativo é absolutamente irreduzível a toda a filosofia da vontade, uma vez que consiste no esquema da herança. Este esquema consiste mesmo no antônimo da declividade individual. Ao contrário de todo o começo individual do mal, se trata aqui, segundo o esquema da herança, de uma continuação, de uma perpetuação, transmitida a todo o gênero humano por um homem primeiro, antepassado de todos os homens (Cf. RICOEUR, 1990, p. 271). Assim, o mal não estaria condicionado à vontade pessoal do indivíduo ele é, de outro modo, a herança deixada por Adão, que depende da vontade de outro.

Em relação a isso Ricoeur faz uma análise profunda acerca do mito adâmico ou mito da queda do homem, na tentativa de demonstrar que este mito tem por função pôr “a humanidade inteira e o seu drama sob o signo de um homem exemplar, de um *Anthropos*, de um Adão, que representa, de modo simbólico, o universal concreto da experiência humana” (RICOEUR, 1990, p. 288). É através do mito adâmico, ou seja, da figura de Adão, que se apresenta o “começo”, o “início” do mal, que se distingue do começo da criação. Assim, apresenta-se o acontecimento pelo qual o pecado entrou no mundo e, através deste, a morte.

De acordo com Ricoeur, o mito adâmico:

Revela ao mesmo tempo esse aspecto misterioso do mal, quer dizer, que cada um de nós o começa, o inaugura [...], também cada um de nós o encontra, ‘já aí’, nele, fora dele, antes dele. Para toda a consciência que desperta para a tomada de

responsabilidade, o mal está 'já aí'. Ao transferir a origem do mal para um passado longínquo, o mito descobre a situação do homem, isso já aconteceu; eu não começo o mal, eu continuo-o; eu estou implicado no mal (RICOEUR, 1990, p. 279).

Portanto, fica claro que Ricoeur busca demonstrar que, segundo sua análise, o mito adâmico busca exprimir o inexprimível da condição humana, ou seja, que apesar do mal “nos preceder, de estar sempre já-aí, ele começa conosco” (MONGIN, 1997, p. 197). Assim, somos nós, através da liberdade, que recomeçamos o mal a partir do mal 'já aí'. É a figura da serpente que nos deixa claro que o homem não começa o mal, mas que o encontra 'já aí', ou seja, o mal é anterior à vontade humana, o mal está prefigurado na serpente que atrai e seduz o homem. A serpente consiste no outro do mal humano.

Contudo, a crítica de Ricoeur consiste precisamente no questionamento à interpretação agostiniana do mito adâmico que afirma que nós herdamos biologicamente uma culpabilidade que condena, “mesmo as criancinhas no ventre da sua mãe” (RICOEUR, 1990, p. 264). No entanto, a leitura ricoeuriana a esse respeito vai sublinhar a afirmação geral de que o pseudoconceito do pecado original nada mais é que o esforço para conservar o pecado, não como natureza, mas como vontade. Assim, ele vê incorporada a esta vontade uma quase natureza do mal: “dito sem absurdo voluntário, visto que foi contraído por conseqüência da vontade má do primeiro homem, e é de algum modo hereditário [...] o pecado pelo qual nós estamos 'implicados na sua culpabilidade' é 'obra de vontade'” (RICOEUR, 1990, p. 281).

Na compreensão ricoeuriana, essa idéia que acaba por confundir dois planos inteiramente diferentes, – o biológico e o cultural –, se deixa contaminar por uma pseudofilosofia, uma vez que adota os mesmos critérios do gnosticismo para ser antignóstico, e isso para ele impede que se comece a

investigação pelas fórmulas mais racionalizadas da confissão (Cf. Ricoeur, 1990, p. 168).

2 - O Mal radical

A concepção de mal radical aparece com Kant no contexto da discussão de sua obra *A religião dentro dos limites da simples razão* e busca dar conta da complexa relação entre o respeito pela lei moral e o amor-próprio na definição do móbil para a ação. Kant, grande crítico de Agostinho e Leibniz, sustenta que, no campo racional, não há uma resposta possível para a origem do mal, e nem para a tendência humana de agir mal. A posição kantiana está assim resumida por Ricoeur: “não há, nos limites da pura razão, resposta possível para a origem do mal, nem para a tendência, no homem, de agir mal” (RICOEUR, 1988, p. 10).

Mas Ricoeur remarca que “a problemática do mal radical, sobre a qual se abre a Religião nos limites da simples razão, rompe francamente com a do pecado original, em detrimento de algumas semelhanças” (RICOEUR, 1988, p. 38). O mal possui origem numa máxima suprema que serve de fundamento subjetivo último a todas as máximas más do nosso livre-arbítrio, sendo radical quanto à sua origem.

Embora Kant, em todo o seu rigorismo, não possa admitir que exista um meio-termo moral entre o bem e o mal, ele terá que admitir em troca a concepção de vários graus ou estágios de realização da propensão universal ao mal. Assim, o primeiro grau ou estágio do mal radical seria a *fragilidade* da natureza humana, implicada no fato de que mesmo acolhido o bem na máxima do arbítrio, como motivo incontornável, subjetivamente, na ação a máxima se mostra mais fraca que a inclinação.

Outro nível do mal radical é o da *impureza* do coração. Consiste isso na tendência a misturar motivos morais com motivos não morais, como se a lei por si só não fosse motivo suficiente, resultando que mesmo “as ações conformes ao dever não são executadas puramente por dever” (Kant, 1974, p. 374). E, por fim, temos a *corrupção* ou perversidade do coração humano, assentada no fato de que são acatadas no arbítrio máximas más, que expõem a lei moral subordinada a motivos não morais, provenientes das inclinações ou desejos (Cf. CORREIA, 2005, p. 91).

2.1 - Kant e a vontade radical

Kant, na busca por identificar o fundamento da disposição para o mal no homem, se vê diante da dificuldade de ter de articular os planos da natureza e da liberdade: e ainda, de admitir que a noção de mal radical possa conservar algumas ambigüidades, permitindo introduzir uma noção de responsabilidade compatível com uma inata propensão para o mal.

A noção de mal radical, assim como aparece no texto *A Religião dentro dos limites da simples razão*, opera como articulação e explicação das oscilações no vínculo entre razão e vontade, bem como no conflito entre respeito pela lei moral e amor-próprio. O mal radical, como o concebe Kant, está intimamente relacionado ao problema da liberdade, mas particularmente também ao que ele julga ser uma predisposição natural do homem a inclinar-se a ceder às suas apetições. Portanto, quando ele afirma que há uma disposição natural para o mal no homem, está se referindo ao fato que, para o uso de sua liberdade, o homem sempre admite uma máxima fornecida a si mesmo pelo arbítrio: e de que a qualidade boa ou má das máximas adotadas está de antemão determinada pelo insondável primeiro princípio de sua aceitação, que poderia ser atribuído universalmente ao homem. Com efeito, o mal radical não se

refere a alguma forma particular de mal ou alguma de suas manifestações nas ações dos homens, mas mais propriamente ao fundamento da possibilidade de todo mal moral.

Kant havia se referido ao mal antes de seu livro sobre a religião, quando em *Fundamentação da metafísica dos costumes* havia sugerido como o mesmo sendo um desenvolvimento incompleto no homem da sua capacidade para o bem. Ele compreendia que uma vontade é livre na medida em que é determinada pelo princípio moral, como forma do querer em geral, e não-livre na medida em que é determinada por um objeto, isto é, por algo que lhe é externo, ainda que seja a própria felicidade. Desta forma, uma vontade livre é sempre uma vontade autônoma, determinada por si própria, enquanto uma vontade não livre é uma vontade heterônoma (cf. Kant, 1997, p. 86 e 91). Portanto, uma vontade livre pode ser apenas uma vontade boa, consoante à lei moral, enquanto uma vontade não livre é apenas uma vontade fraca ou imperfeitamente boa, uma vez que, não poderia ser uma vontade livre e ao mesmo tempo má.

Porém, em sua busca por identificar o fundamento da propensão para o mal no homem, Kant se vê diante da dificuldade de ter de conciliar natureza e liberdade. Ele adverte que, ao se compreender o mal como decorrente de algum condicionamento natural, ainda que seja uma fraqueza, necessariamente o homem seria inimputável, pois não poderia ser considerado efetivamente responsável (na medida em que não seria livre) pelas ações que desencadeasse.

Segundo Kant, quando um homem quer livremente, ele quer o bem, e quando se desvia é porque sua vontade se vê vítima de suas inclinações, ou seja, quando se desvia do bem, ele de fato não quer livremente. Não obstante, as inclinações não são razões ou motivos suficientes para a ação de um agente livre, se não são incorporadas espontaneamente em sua máxima, de modo que

“o mal deve estar radicado mais na vontade que em nossa dada natureza sensível” (ALISSON, 1996, p. 175).

2.2 - Ricoeur interpretando Agostinho e Kant acerca do mal

O que se busca aqui é avaliar algumas noções do pensamento ricoeuriano acerca da filosofia agostiniana do *mal de origem* e da filosofia kantiana do *mal radical*, uma vez que se pretende evidenciar que, mesmo com a herança agostiniana e kantiana recebida por Paul Ricoeur, algumas diferenças e abordagens substanciais são notáveis.

Ricoeur retoma tanto o gnosticismo como o próprio Agostinho (e ainda o mito da queda ou adâmico) para tratar do conflito de tradições na interpretação da problemática do mal como mal de origem, ou seja, o mal já aí. Todos os relatos até aqui já expostos (gnose maniqueísta, gnose antignostica) mostram a face do mal de origem – isto é: um mal natural, substancial, serpente, Reino das Trevas –, como mal constituído e anterior ao homem.

Contudo, Agostinho e o próprio mito adâmico apontam na direção de uma interpretação do mal que radica na própria vontade humana, e que por isso, é antropológico. Mas a forma mais completa do problema, nos será dada por Kant, através do seu relato sobre o mal radical.

Desta forma, na interpretação de Ricoeur, o mal, além do aspecto religioso, toma uma dimensão ética, em dois sentidos: primeiro em relação à questão da liberdade e num segundo sentido em relação à questão da obrigação. Sendo que a visão ética do mal é retomada na liberdade, uma vez que ele é fruto ou invenção da liberdade, assim, “o mal tem a significação de mal porque ele é obra de uma liberdade; eu sou autor do mal” (RICOEUR, 1990, p. 421). Contudo, se a liberdade qualifica o mal como “fazer”, ele acaba

por ser o revelador da liberdade. Então, “o mal é uma ocasião privilegiada de tomar consciência da liberdade” (RICOEUR, 1990, p. 422).

Portanto, essa visão ética do mal nos reconduz ao nível dos símbolos primários, nos quais é possível ver declarado o mal *já aí*. Assim, é em meio ao mal no qual nascemos que encontramos também, em nós mesmos, o próprio despertar da nossa consciência. E é neste sentido que se manifestam Agostinho, – passando do mal atual ao mal original –, e Kant, – ao passar da máxima má ao móbil da vontade, ou seja, ao livre-arbítrio –, fundamento de todas as máximas más.

Conclusão

Para Ricoeur, o que há de mais admirável no conceito de pecado original é a sua riqueza analógica, ou seja, a sua capacidade de remeter intencionalmente para aquilo que há de mais radical na confissão dos pecados, isto é, que o mal precede a minha tomada de consciência. Sendo assim, o mal nada mais é que minha impotência prévia, ele é para a minha liberdade o mesmo que meu nascimento é para minha consciência, isto é, sempre já aí. Então, para Ricoeur, a intenção do pseudoconceito de pecado original, nada mais é que a tentativa de integrar o próprio esquema da herança no da contingência. Conclui Ricoeur nestes termos:

[...] O inescrutável, segundo nós, consiste precisamente no fato de que o mal que sempre começa *pela* liberdade esteja sempre *já aí para* a liberdade, que seja ato e aparência exterior (habitus), surgimento e antecedência. É por isso que Kant faz expressamente deste enigma do mal para a filosofia a transposição da figura mítica da serpente; a serpente, penso, representa o “sempre já aí” do mal, desse mal que, todavia, é o começo, ato, determinação da liberdade por ela própria (RICOEUR, 1990, p. 303).

Assim, para Ricoeur, Kant acaba por concluir Agostinho. Primeiramente, por arruinar definitivamente o invólucro gnóstico do conceito de pecado original; logo após, ao tentar uma dedução transcendental do fundamento das máximas más; e, finalmente, por voltar a mergulhar no não-saber a pesquisa de um fundamento do fundamento (Cf. RICOEUR, 1990, p. 303).

Portanto, para concluir este trabalho, se pode dizer que através dos mitos e dos símbolos em conjunto com a contribuição filosófica dos pensadores que se preocuparam com a questão do mal, se avançou muito nas explicações acerca da origem, das conseqüências e da ampla dimensão do mal, porém, muito pouco se sabe acerca do lado “injustificável” e trágico do mal. Para Ricoeur, no entanto, não basta uma elaboração intelectual no plano especulativo, é necessário um comprometimento com a questão: “que fazer contra o mal?”. Pois ele entende o mal como um problema a ser abordado nos planos do pensamento, do sentimento e da ação.

Referencias bibliográficas:

AGOSTINHO, S. *O Livre-arbítrio*. 2ª ed. Trad.: Antônio Soares Pinheiro. Braga: Faculdade de Filosofia, 1990b.

_____. *Confissões*. Trad.: J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

ALISSON, H. “Reflection on the banality of (radical) evil”. In: *Idealism and freedom: essays on Kant's theoretical and practical philosophy*. Cambridge University Press, 1966, p. 169-82.

CANDORIN, S. *O mal, interpretação de Paul Ricoeur*. Rio de Janeiro: Sotese, 2001.

- COSTA, C. P. *O mal conceito de mal em Paul Ricoeur*. (Dissertação apresentada no curso de pós-graduação em Filosofia na UFSM) Santa Maria: UFSM, 2008.
- COSTA, M. R. N. *Maniqueísmo: história, filosofia e religião*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- FRANCO, S. de G. *Hermenêutica e psicanálise na obra de Paul Ricoeur*. São Paulo: Loyola, 1995.
- KANT, I. *A Religião nos Limites da Simples Razão*. Trad.: Artur Morão. Lisboa – Portugal: Edições 70, LSA., 1974.
- _____. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad.: Paulo Quintela. Lisboa – Portugal: Edições 70, 1997.
- MONGIN, O. *Paul Ricoeur: as fronteiras da filosofia*. Trad.: Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- NIETZSCHE, F. W. *Genealogia da Moral: uma polémica*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- RICOEUR, P. *Le volontaire et l'involontaire*. Paris: AUBIER, Éditions Montaigne, 1950.
- _____. *De L'interprétation: Essai sur le Freud*. Paris: Seuil, 1965.
- _____. *Finitud Y Culpabilidad: el Hombre Labil y La Simbólica del Mal*. Madrid: Taurus Ediciones, 1982.
- _____. *O Conflito das Interpretações*. Trad.: M. F. Sá Correia. Porto-Portugal: Editora Rés, 1990.
- _____. *O Mal. Um Desafio à Filosofia e à Teologia*. Trad. Maria da Piedade Eça de Almeida. Campinas - São Paulo: Papyrus, 1988.
- _____. *Le scandale du mal*. Esprit, 1988b.
- ROSSATTO, N. D. “As faces do mal: sobre um texto de Norberto Bobbio”. In: *Norberto Bobbio: direito, ética e política*. Ijuí - Rio Grande do Sul: Ed. UNIJUÍ, 2005.

VASCONCELLOS, M. L. C. “A interioridade como via de acesso a Deus no pensamento de Santo Agostinho”. In: *Dissertatio*, Pelotas-RS, n. 10, p. 45-59, 2000.